GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA

NÍVEL SUPERIOR

VERSÃO B

OFICIAL DE CARTÓRIO POLICIAL 6ª CLASSE

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

I. Antes de iniciar a prova, transcreva a frase abaixo para o quadro "Exame Grafotécnico" do Cartão de Resposta conforme o seguinte exemplo:

EXAME GRAFOTÉCNICO

"Baluarte da Lei e da Ordem / Salvaguarda do Rio de Janeiro"

NÃO ULTRAPASSE

II. Nesta prova, você encontrará 19 (dezenove) páginas numeradas sequencialmente, contendo 100 (cem) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (30 questões), Conhecimentos Básicos de Informática (20 questões) e Conhecimentos Específicos (50 questões).

III. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.

IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.

V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.

VI. Você dispõe de 05 horas (cinco horas) para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.

VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 2 (duas) horas após seu início.

VIII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.

IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.

X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.

XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.

XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.

XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!

ibfc
INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

DESTAQUE AQUI

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

RASCUNHO

Texto para as questões de 1 à 5.

Mães fazem 'mamaço' em unidade do Sesc em São Paulo

Por Flávia Martin

Em meio a fotografias de animais selvagens nas paisagens mais remotas e intocadas do mundo, retratados por Sebastião Salgado e expostos em "Genesis", no Sesc Belenzinho, zona leste, 20 mães faziam algo igualmente primitivo e natural: davam o peito para seus bebês mamarem.

O "mamaço" da manhã de hoje foi organizado depois que a turismóloga Geovana Cleres, 35, foi proibida de amamentar Sofia, 1 ano e 4 meses, naquela unidade do Sesc, na última quarta-feira.

Segundo Geovana, uma funcionária a abordou dizendo que não era permitido dar de mamar no espaço de leitura do Sesc e pediu que ela fosse à sala de amamentação.

Trata-se de um espaço pequeno, com um micro-ondas para esquentar papinhas e mamadeiras e uma poltrona, que, naquele momento, estava ocupada por um pai que dava comida para o filho.

"Fiquei sem entender, mas, apesar do incômodo, tirei a Sofia do peito. Alegaram que outras crianças poderiam ficar olhando e até sentir vontade de mamar", conta.

Geovana encaminhou a reclamação ao Sesc e desabafou no Facebook. "Gerei um burburinho e encontrei outras mães que já tinham tido esse problema aqui."

[...]

O Sesc Belenzinho afirmou que a proibição a Geovana foi um erro pontual de uma funcionária. Coordenadores da unidade acompanharam o «mamaço» e pediram desculpas para as mães presentes.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1372731-maes-fazem-mamaco-em-unidade-do-sesc-em-sao-paulo.shtml, (Acessado em 17/11/2013)

1) O vocábulo "mamaço", utilizado no texto, foi construído por analogia a outros já conhecidos da Língua e baseado no seguinte processo de formação de palavras:

a) prefixação
b) composição por justaposição
c) sufixação
d) derivação imprópria
e) parassíntese

2) Nos trechos "Em meio a fotografias de animais selvagens" e "O Sesc Belenzinho afirmou que a proibição a Geovana", ocorrem a preposição "a". Assinale a opção em que se faz uma análise incorreta em relação ao uso do acento grave nesses fragmentos.

a) No primeiro caso, a crase é proibida.
b) No segundo caso, pode não ocorrer crase.
c) No segundo caso, poderia ocorrer crase sem alteração de sentido.
d) No primeiro caso, ocorreria crase caso a palavra estivesse acompanhada de artigo.
e) Nos dois casos, deveria ocorrer crase obrigatoriamente.

3) O que motivou o "mamaço" foi:

a) a exposição de fotografias no Sesc Belenzinho.
b) a sala de amamentação do Sesc ser um espaço pequeno.
c) o encaminhamento de uma reclamação ao Sesc sobre a amamentação.
d) a turismóloga Geovana Cleres ter sido proibida de amamentar em uma unidade do Sesc.
e) o fato de um pai estar dando comida a um filho na sala de amamentação.

4) *"Fiquei sem entender, mas, apesar do incômodo, tirei a Sofia do peito."* Esse trecho é um exemplo de período composto. Considerando a relação introduzida pela conjunção "mas", é possível perceber que esta indica:

a) alternância
b) oposição
c) consequência
d) causa
e) adição

5) Considerando a estrutura linguística do texto da Folha de São Paulo, observa-se que a Função da Linguagem predominante nele é:

a) Referencial
b) Metalinguística
c) Fática
d) Conativa
e) Emotiva

Texto para as questões de 6 à 9.

O Jivaro

(Rubem Braga)

Um Sr. Matter, que fez uma viagem de exploração à América do Sul, conta a um jornal sua conversa com um índio jivaro, desses que sabem reduzir a cabeça de um morto até ela ficar bem pequenina. Queria assistir a uma dessas operações, e o índio lhe disse que exatamente ele tinha contas a acertar com um inimigo.

O Sr. Matter:

- Não, não! Um homem, não. Faça isso com a cabeça de um macaco.

E o índio:

- Por que um macaco? Ele não me fez nenhum mal!

6) Sobre o caráter estrutural do texto de Rubem Braga, é correto afirmar que é:

a) expositivo
b) narrativo
c) argumentativo
d) descritivo
e) injuntivo

7) Assinale a alternativa em que o vocábulo "a", destacado nas opções abaixo, seja exclusivamente um artigo.

a) "conta **a** um jornal sua conversa com um índio jivaro,"
b) "desses que sabem reduzir **a** cabeça de um morto"
c) "Queria assistir **a** uma dessas operações"
d) "ele tinha contas **a** acertar com um inimigo"
e) "uma viagem de exploração **à** América do Sul"

8) Observe as seguintes afirmações feitas sobre o texto:

I. O Sr, Matter é uma metonímia da sociedade dita civilizada.
II. A relação do índio com a natureza é igual a que o Sr. Matter tem com a mesma.
III. Para o índio, o homem era superior ao macaco.

Sobre a análise das afirmações acima, é correto afirmar que:

a) apenas a I está correta.
b) apenas a II está correta.
c) apenas a III está correta.
d) apenas I e II estão corretas.
e) apenas I e III estão corretas.

9) Sobre os tipos de discurso encontrados no texto de Rubem Braga, assinale a opção que apresenta uma correlação correta entre o exemplo e a classificação do discurso.

a) "e o índio lhe disse que exatamente ele tinha contas a acertar com um inimigo" – discurso indireto
b) "- Por que um macaco? Ele não me fez nenhum mal!" – discurso indireto-livre
c) "Um Sr. Matter, que fez uma viagem de exploração à América do Sul" – discurso indireto-livre
d) "desses que sabem reduzir a cabeça de um morto até ela ficar bem pequenina" – discurso indireto
e) "- Não, não! Um homem, não. Faça isso com a cabeça de um macaco." – discurso indireto-livre

Considere os versos abaixo para responder às questões 10 e 11 seguintes.

I. "A esperança vem **do** sul"
II. "vem **no** café que produzimos"

10) Nos versos em análise, foram destacadas contrações de preposições. Assinale a opção que apresenta, respectivamente, os valores semânticos que elas introduzem.

a) lugar e lugar
b) lugar e meio
c) meio e meio
d) meio e tempo
e) lugar e tempo

11) Com base no contexto em que estão inseridos, é correto afirmar sobre a análise dos sujeitos do verbo "vem" nas duas ocorrências que:

a) na primeira, ocorre sujeito simples e implícito.
b) na segunda, ocorre sujeito indeterminado.
c) na segunda, ocorre sujeito simples e explícito.
d) na primeira, ocorre sujeito passivo.
e) na segunda, o sujeito é simples e implícito.

Texto para as questões de 12 à 18.

Fé - Esperança – Caridade
(Sérgio Milliet)

É preciso ter fé nesse Brasil
nesse pau-brasil
nessas matas despovoadas
nessas praias sem pescadores
É preciso ter fé
Nesse norte de secas
e de literatura
A esperança vem do sul
Vem de mansinho
contagiosa e sutil
vem no café que produzimos
vem nas indústrias que criamos
A esperança vem do sul
do coração calmo de São Paulo
É preciso ter caridade
e ter carinho
perdoar o ódio que nos cerca
que nos veste
e trabalhar para os irmãos pobres...

(Poetas do Modernismo. INL-MEC, Rio de Janeiro, 1972)

12) É recorrente, no poema, a construção "É preciso", sempre relacionada a uma outra oração. Sobre essa outra oração, é correto afirmar que se trata de:

a) uma oração subordinada adverbial.
b) uma oração coordenada assindética.
c) uma oração subordinada substantiva.
d) uma oração coordenada sindética.
e) uma oração subordinada adjetiva.

13) As reticências empregadas, no último verso, cumprem a seguinte função:

a) indicar uma noção enumerativa, de continuidade, como se além dos irmãos pobres houvesse outros.
b) indicar que parte do poema foi suprimida.
c) revelar uma incerteza por parte do eu-lírico.
d) mostrar que se trata de uma opinião compartilhada por muitos.
e) suspender a ideia promovendo uma reflexão no leitor.

14) O texto tem o Brasil como temática. Assinale a opção em que se faz uma análise correta sobre o poema de Sérgio Milliet.

a) O autor não apresenta problemas do país.
b) Embora parta de uma visão mais realista, o autor mostra-se otimista em relação à pátria.
c) Nota-se o desencanto e forte pessimismo por meio de vocábulos como "seca" e "ódio".
d) Parte-se de uma caracterização do brasileiro para chegar à do ambiente.
e) Há uma total idealização na caracterização do país.

15) Nos versos "A esperança vem <u>do sul</u>" e "Vem <u>de mansinho</u>", um mesmo verbo relaciona-se com termos distintos. Sobre a análise sintático-semântica desses dois termos destacados, é correto afirmar que:

a) o primeiro é objeto indireto e expressa a ideia de lugar.
b) o segundo é complemento nominal e indica modo.
c) ambos são objetos indiretos de mesmo valor semântico.
d) ambos são adjuntos adverbiais com valores semânticos distintos.
e) o segundo é objeto indireto e indica modo.

16) A linguagem figurada é uma importante ferramenta na construção de sentidos nos textos. Considerando o contexto em que estão inseridos, nos versos *"Vem de mansinho"* e "*do coração calmo de São Paulo*", temos, respectivamente, as seguintes figuras de linguagem:

a) metonímia e eufemismo
b) comparação e ironia
c) hipérbole e metonímia
d) prosopopeia e metáfora
e) metonímia e ironia

17) No verso "perdoar o ódio que nos cerca", a regência do verbo "perdoar" está sendo empregada corretamente. Assinale a opção que apresenta um erro quanto à regência desse mesmo verbo.

a) O pai perdoou o delito da filha.
b) Não perdoaram aos meninos infratores.
c) Perdoem os desvios gramaticais dos artistas.
d) Perdoei à minha melhor amiga pela mentira.
e) Não é comum perdoarem aos desvios de conduta.

18) A noção de falta está presente no terceiro e quarto versos do poema de Milliet. Contudo, ela não se manifesta, linguisticamente, da mesma forma. Isso porque:

a) no quarto verso ocorre um sintagma introduzido por uma preposição que expressa a ideia de falta.
b) no terceiro verso, há um adjetivo que apresenta a noção de falta em seu radical.
c) no terceiro verso, ocorre um processo de sufixação por meio do qual se percebe tal valor.
d) no quarto verso, explora-se o sentido de falta proposto pela conjunção.
e) no quarto verso, os substantivos agregam o sentido de falta.

Texto para as questões de 19 à 30.

BRASILEIRO, HOMEM DO AMANHÃ

Há em nosso povo duas constantes que nos induzem a sustentar que o Brasil é o único país brasileiro de todo o mundo. Brasileiro até demais. Colunas da brasilidade, as duas colunas são: a capacidade de dar um jeito; a capacidade de adiar.

A primeira é ainda escassamente conhecida, e nada compreendida, no Exterior; a segunda, no entanto, já anda bastante divulgada lá fora, sem que, direta ou sistematicamente, o corpo diplomático contribua para isso.

Aquilo que Oscar Wilde e Mark Twain diziam apenas por humorismo (nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã), não é no Brasil uma deliberada norma de conduta, uma diretriz fundamental. Não, é mais, é bem mais forte do que qualquer princípio de vontade: um instinto inelutável, uma força espontânea da estranha e surpreendente raça brasileira.

Para o brasileiro, os atos fundamentais da existência são: nascimento, reprodução, procrastinação e morte (esta última, se possível, também adiada).

Adiamos em virtude dum verdadeiro e inevitável estímulo inibitório, do mesmo modo que protegemos os olhos com a mão ao surgir na nossa frente um foco luminoso intenso. A coisa deu em reflexo condicionado; proposto qualquer problema a um brasileiro, ele reage de pronto com as palavras logo à tarde; só à noite; amanhã; segunda-feira; depois do carnaval; no ano que vem.

Adiamos tudo: o bem e o mal, o bom e o mau, que não se confundem, mas tantas vezes se desemparelham. Adiamos o trabalho, o encontro, o almoço, o telefonema, o dentista, o dentista nos adia, a conversa séria, o pagamento do imposto de renda, as férias, a reforma agrária, o seguro de vida, o exame médico, a visita de pêsames, o conserto do automóvel, o concerto de Beethoven, o túnel para Niterói, a festa de aniversário da criança, as relações com a China, tudo. Até o amor. Só a morte e a promissória são mais ou menos pontuais entre nós. Mesmo assim, há remédio para a promissória: o adiamento bi ou trimestral da reforma, uma instituição sacrossanta no Brasil.

Quanto à morte, não devem ser esquecidos dois poemas típicos do Romantismo: na "Canção do exílio", Gonçalves Dias roga a Deus não permitir que morra sem que volte para lá, isto é, pra cá. Já Álvares de Azevedo tem aquele poema famoso cujo refrão é sintomaticamente brasileiro: "Se eu morresse amanhã". Como se vê, nem os românticos aceitavam morrer hoje, postulando a Deus prazos mais confortáveis.

Sim, adiamos por força dum incoercível destino nacional, do mesmo modo que, por obra do fado, o francês poupa dinheiro, o inglês confia no Times, o português adora bacalhau, o alemão trabalha com furor disciplinado, o espanhol se excita com a morte, o japonês esconde o pensamento, o americano escolhe a gravata mais colorida.

O brasileiro adia; logo existe.

A divulgação dessa nossa capacidade autóctone para a incessante delonga transpõe as fronteiras e o Atlântico. A verdade é que já está nos manuais. Ainda há pouco, lendo um livro francês sobre o Brasil, incluído numa coleção quase didática de viagens, encontrei no fim do volume algumas informações essenciais sobre nós e a nossa terra. Entre endereços de embaixadores e consulados, estatísticas, indicações culinárias, o autor intercalou o seguinte tópico:

DES MOTS

Hier: ontem
Aujourd›hui: hoje
Demain: amanhã
Le seul important est le dernier.

A única palavra importante é amanhã. Ora, esse francês astuto agarrou-nos pela perna. O resto eu adio para a semana que vem.

(CAMPOS, Paulo Mendes. Colunista do morro. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1965. p. 88-9.)

19) No fragmento "*Para o brasileiro, os atos fundamentais da existência são: nascimento, reprodução, procrastinação e morte (esta última, se possível, também adiada).*", o vocábulo em destaque pode ser entendido como:

a) envelhecimento
b) repouso
c) adiamento
d) preguiça
e) questionamento

20) Com a oração "Brasileiro até demais", o autor pretende sugerir que:

a) o nacionalismo do brasileiro é idealizado.
b) o brasileiro assume uma postura crítica em relação a seu país.
c) o brasileiro possui características que são muito marcantes.
d) o brasileiro considera seu país melhor que os demais.
e) o brasileiro é mais patriota do que deveria.

21) No sexto parágrafo, o autor afirma "Adiamos tudo: o bem e o mal, o bom e o mau.". Assinale a opção que apresenta um comentário linguístico incorreto sobre esse trecho em destaque.

a) Ocorre o mecanismo de substantivação.
b) Explora-se a semelhança fonética entre alguns termos.
c) Há exemplo de aposto.
d) Nota-se a presença de antíteses.
e) A conjunção funciona como um nexo entre orações.

22) De acordo com o terceiro parágrafo do texto, a capacidade de adiar do brasileiro é:

a) uma deliberada norma de conduta.
b) uma diretriz fundamental.
c) um princípio de vontade.
d) um instinto inelutável.
e) uma prática humorística.

23) O primeiro período do texto parece sugerir uma certa incoerência. Ela reside no fato de afirmar-se que:

a) um país tão grande quanto o Brasil possui apenas duas constantes.
b) o Brasil é o único país brasileiro do mundo.
c) o Brasil apresenta a capacidade de adiar.
d) existem colunas de brasilidade.
e) o Brasil possui a capacidade de dar um jeito.

24) O foco narrativo adotado na crônica permite-nos perceber que:

a) o narrador aproxima-se culturalmente do leitor.
b) o narrador afasta-se das posturas criticadas por ele no texto.
c) o narrador não apresenta identificação com os fatos narrados em função do foco em 3ª pessoa.
d) a valorização do comportamento estrangeiro mostra que se trata de um narrador também estrangeiro.
e) o olhar do narrador ilustra a visão distanciada que os demais países têm do Brasil.

25) Em "O brasileiro adia; logo existe.", nota-se uma relação de intertextualidade promovida pelo seguinte mecanismo:

a) Paráfrase
b) Citação direta
c) Paródia
d) Metalinguagem
e) Exemplificação

26) Para estruturar a progressão do texto, e fazer a passagem do primeiro para o segundo parágrafo, o autor fez uso do seguinte recurso coesivo.

a) anáfora, por meio da utilização de numerais.
b) catáfora, pela utilização de sinônimos.
c) catáfora, pela utilização de numerais.
d) anáfora, por meio do uso de pronomes substantivos.
e) adjetivação de numerais

27) No sexto e sétimo parágrafos, foram priorizados, respectivamente, os seguintes recursos argumentativos.

a) citação e argumento de autoridade.
b) enumeração e citação.
c) relação de causa-consequência e argumento de autoridade
d) exemplo e alusão a um fato histórico
e) citação e comparação

28) "Sim, adiamos por força dum incoercível destino nacional" Nesse fragmento, que introduz o oitavo parágrafo, o vocábulo em destaque cumpre um importante papel coesivo ao introduzir o seguinte valor semântico:

a) finalidade
b) concessão
c) consequência
d) causa
e) modo

29) Ainda no sexto parágrafo, o autor cita o substantivo "dentista" duas vezes. Isso porque:

a) na primeira, tal vocábulo assume sentido passivo.
b) na primeira e na segunda, esse substantivo funciona como agente da oração.
c) emprega-se um mesmo sujeito "nós" nas duas orações em que a palavra está empregada.
d) na segunda, esse vocábulo assume sentido passivo.
e) na primeira e na segunda, esse substantivo funciona como paciente da oração.

30) No último parágrafo do texto, o narrador:

a) assume uma postura contemplativa diante dos fatos narrados.
b) sintetiza sua crítica com uma visão otimista da postura do brasileiro.
c) explora o humor promovendo uma identificação entre sua atitude final e as ideias apresentadas.
d) revela seu desencantamento diante da comparação entre o francês e o brasileiro.
e) apresenta um novo posicionamento, que contraria o que já havia dito anteriormente.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

31) Se o computador tiver o Windows XP, para saber se ele está executando a versão de 32 ou de 64 bits do Windows deve-se atentar em Propriedades. Assinale a única alternativa tecnicamente correta:

a) Se não vir "x32 Edition" listado em **Sistema**, está se executando a versão de 64 bits do Windows XP.
b) Se "x64 Edition" for listado em **Sistema**, está se executando a versão de 64 bits do Windows XP.
c) Se "x32/x64 Edition" for listado em **Sistema**, está se executando tanto a versão de 32 como a de 64 bits do Windows XP.
d) Se "x32 Edition" for listado em **Sistema**, está se executando a versão de 32 bits do Windows XP.
e) Se "x Edition" for listado em **Sistema**, está se executando a versão antiga de 16 bits do Windows XP.

32) Na microinformática se utiliza frequentemente do termo *byte*. A codificação padronizada de *byte* é definida como sendo de:

a) 2 bits: o zero e o um.
b) 16 bits.
c) 8 bits.
d) 32 bits.
e) 4 bits.

33) Quando se utiliza um dispositivo USB de armazenamento de dados, como um pen drive, deve-se ao retirá-lo, para garantir a integridade dos dados e do dispositivo:

a) ativar sempre o "Remover hardware com segurança".
b) desligar totalmente o computador por meio do botão on/off.
c) estar com o corpo devidamente aterrado segurando em algum metal.
d) em nenhuma situação existe a necessidade de haver alguma preocupação em retirá-lo.
e) deve-se retirá-lo com cuidado mas de forma bem rápida para não provocar um curto-circuito.

34) Atualmente os dispositivos para armazenamento de dados possuem vários Gigabytes. Portanto, um disco rígido anunciado por um fabricante de 500 GB, que adota o Sistema Internacional de Unidades, representa aproximadamente:

a) quinhentos milhões de bytes.
b) quinhentos bilhões de bytes.
c) quinhentos milhões de bits.
d) quinhentos bilhões de bits.
e) quinhentos trilhões de bytes.

35) São exemplos típicos de componentes on-board, que vêm diretamente conectados aos circuitos da placa mãe de um microcomputador atual:

a) monitor, vídeo e som.
b) disco rígido, mouse e rede.
c) CD-ROM, disco rígido e mouse.
d) vídeo, som e rede.
e) CD-ROM, vídeo e som.

36) Existem microcomputadores que têm instalado mais de um browser. Para tornar o Internet Explorer 9 o browser predefinido, deve-se, no próprio Internet Explorer, clicar no botão:

a) **Ferramentas**, em seguida clicar em **Opções da Internet**, clicar no separador **Programas** e, em seguida, clicar em **Predefinir**.
b) **Opções da Internet**, em seguida clicar em **Ferramentas**, clicar no separador **Programas** e, em seguida, clicar em **Predefinir**.
c) **Programas**, em seguida clicar em **Opções da Internet**, clicar no separador **Ferramentas** e, em seguida, clicar em **Predefinir**.
d) **Predefinir**, em seguida clicar em **Opções da Internet**, clicar no separador **Programas** e, em seguida, clicar em **Ferramentas**.
e) **Ferramentas**, em seguida clicar em **Programas**, clicar no separador **Opções da Internet** e, em seguida, clicar em **Predefinir**.

37) Ele é responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional:

a) CRT
b) RAM
c) DRIVE
d) CD-ROM
e) BIOS

38) No Excel 2010, quando se quer formatar células que estão ACIMA DA MÉDIA em um intervalo selecionado com preenchimento, por exemplo, vermelho claro e texto vermelho escuro, pode-se utilizar diretamente o recurso chamado:

a) Formatar como Tabela
b) Auto-preenchimento
c) Formatação Condicional
d) Formatação de Preenchimento
e) Formatar Células

39) Para adicionar uma conta de email, no Outlook 2010, se não for possível configurar sua conta de email automaticamente, ou entrar com uma nova conta de email, deve-se clicar na guia:

a) **Opções do Outlook**, em **Email** e clicar em **Incluir Nova Conta**.
b) **Pasta**, em **Informações sobre Contas** e clicar em **Adicionar Conta**.
c) **Caixa de Entrada**, em **Email** e clicar em **Incluir Nova Conta**.
d) **Arquivo**, em **Informações sobre Contas** e clicar em **Adicionar Conta**.
e) **Página Inicial**, em **Novo** e e clicar em **Novo Email**.

40) Em termos de Segurança da Informação precisamos estar conscientes de que arquivos podem ser perdidos, danificados ou alterados acidentalmente. Para restaurar arquivos individuais, grupos de arquivos ou todos os arquivos incluídos em um backup do Windows 7, deve-se clicar no botão Iniciar, e em seguida:

a) **Programas do Sistema**, em **Sistema e Manutenção** e em **Backup e Restauração**.
b) **Sistema e Manutenção**, em **Painel de Controle** e em **Restauração de Arquivos**.
c) **Painel de Controle**, em **Backup** e em **Restauração de Arquivos**.
d) **Sistema e Manutenção**, em **Backup** e em **Restauração de Arquivos**.
e) **Painel de Controle**, em **Sistema e Manutenção** e em **Backup e Restauração**.

41) Dada a planilha abaixo, equivalente a uma do Excel 2010:

	A	B	C
1	1	2	3
2	4	5	6

Assinale a alternativa que contenha o resultado correto da fórmula =SOMA(A1:C2).

a) 6
b) 7
c) 21
d) 15
e) 14

42) Quando se trata de organizar e acessar arquivos e pastas, pode-se utilizar do novo recurso do Windows 7, denominado "bibliotecas" e organizá-los de formas diferentes. As quatro bibliotecas padrão do Windows 7 são:

a) Biblioteca Documentos - Biblioteca Pasta - Biblioteca Arquivos - Biblioteca Versão.
b) Biblioteca Multimídia - Biblioteca Imagens - Biblioteca Textos - Biblioteca Vídeos.
c) Biblioteca Original - Biblioteca de Segurança - Biblioteca Internet - Biblioteca Multimídia.
d) Biblioteca Original - Biblioteca Rascunhos - Biblioteca de Segurança - Biblioteca Lixeira.
e) Biblioteca Documentos - Biblioteca Imagens - Biblioteca Músicas - Biblioteca Vídeos.

43) Os arquivos do Office 2010 podem incluir conteúdo ativo, criado para aumentar a produtividade e para tornar os programas mais fáceis de usar como as macros e os controles ActiveX. Na maioria dos casos, o conteúdo ativo é seguro. Entretanto, algumas vezes pessoas mal-intencionadas podem explorar o conteúdo ativo para roubar informações, disseminar vírus de computador ou usar o seu computador para propósitos ilegais, sem o seu conhecimento. Isso cria uma ameaça para seu computador e para a rede da sua organização. Para ajudar a prevenir esses riscos, se não tiver certeza da confiabilidade da fonte do arquivo, deve-se:

a) não clicar em **Habilitar Conteúdo**.
b) clicar em **Avisar Administrador do Sistema** e aguardar novas orientações técnicas.
c) ativar a opção **conteúdo ativo** do antivírus da Microsoft instalado.
d) clicar em **Alerta Máximo** para todos da organização serem informados automaticamente pelo **Outlook**.
e) encaminhar imediatamente o arquivo para o **Administrador do Sistema** e para todos da organização pelo **Outlook**.

44) No Word 2010, muitas vezes precisamos que a página seja quebrada em um local específico. Para inserir uma quebra de página manualmente devemos clicar no local que se deseja iniciar uma nova página e na guia:

a) **Página Inicial**, no grupo **Layout da Página**, clicar em **Inserir Quebra de Página**.
b) **Página Inicial**, no grupo **Páginas**, clicar em **Inserir Quebra de Página**.
c) **Inserir**, no grupo **Páginas**, clicar em **Quebra de Página**.
d) **Layout da Página**, no grupo **Páginas**, clicar em **Inserir Quebra de Página**.
e) **Inserir**, no grupo **Layout da Página**, clicar em **Quebra de Página**.

45) Quando se deseja que no PowerPoint 2010 todos os slides contenham as mesmas fontes e imagens (como logotipos), essas alterações devem ser feitas no:

a) Slide Mestre
b) Slide Alternativo
c) Slide Principal
d) Slide Mãe
e) Slide Inicial

46) Quanto à importação de dados do Excel 2010 para o Access 2010, considere a afirmação tecnicamente correta:

a) Quando se importam dados, o Access 2010 cria uma cópia dos dados em uma tabela nova, ou existente, alterando a planilha Excel de origem.
b) Ao armazenar no Access 2010 alguns ou todos os dados de uma ou mais planilhas do Excel 2010, deve-se importar o conteúdo da planilha para um banco de dados do Access novo ou existente.
c) Na verdade, o aplicativo Access é incompatível tecnicamente com os dados do Excel 2010, portanto não há possibilidade da importação de dados.
d) A Microsoft, em função dos vários pedidos dos usuários, deverá possibilitar a migração dos dados do Excel 2010 já na próxima versão do Access.
e) Após a importação de dados do Excel 2010 existe a necessidade de passar por um conversor específico, disponível no site do Access 2010.

47) Periodicamente deve-se esvaziar a Lixeira para recuperar o espaço usado pelos arquivos indesejados no disco rígido. Quanto ao Windows 7, considere a afirmação tecnicamente correta:

a) No Windows 7, na barra de ferramentas da **Lixeira** existe somente a opção de excluir um arquivo, ou um grupo de arquivos, da **Lixeira**.
b) No Windows 7 existe a opção de automaticamente, e periodicamente, excluir todos os arquivos da **Lixeira**.
c) No Windows 7 não existe mais o conceito de **Lixeira,** e sim a opção mais ecológica e racional de **Reciclagem de Arquivos**.
d) No Windows 7 existe a opção de **Esvaziar Lixeira** na barra de ferramentas da **Lixeira,** para excluir todos os arquivos.
e) Toda vez que excluímos um arquivo, no Windows 7, aparece a opção de excluirmos definitivamente o arquivo ou de ir para a **Lixeira**.

48) Para alternarmos entre os modos de exibição "tela inteira" e "normal" da janela do navegador Internet Explorer 9, devemos pressionar a tecla:

a) F7
b) F5
c) F11
d) F1
e) F12

49) Segundo informações do próprio fabricante, Microsoft, relacione os números dos aplicativos do pacote Office 2010 abaixo com as letras de suas principais funcionalidades:

(1) OneNote (2) Publisher (3) Visio (4) InfoPath

(**A**) Informações necessárias para seus negócios com formulários fáceis de criar.
(**B**) Publicações e materiais de marketing com qualidade profissional.
(**C**) Ideias, informações e anotações em um local fácil de encontrá-las.
(**D**) Ferramentas de diagramação avançadas com recursos visuais dinâmicos e novos meios de compartilhamento na Web.

a) **1C - 2D - 3B - 4A**
b) **1A - 2B - 3D - 4C**
c) **1B - 2C - 3D - 4A**
d) **1C - 2B - 3A - 4D**
e) **1C - 2B - 3D - 4A**

50) No Internet Explorer 9, ao baixarmos arquivos da Web, como imagens e documentos, por padrão, eles são automaticamente salvos na pasta _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

a) do Internet Explorer
b) Downloads
c) Recent Places
d) Libraries
e) Desktop

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51) Aponte, dentre as alternativas abaixo, a hipótese que reflete entendimento predominante no Supremo Tribunal Federal em relação à aplicação do *princípio da proporcionalidade* na produção de provas no processo penal:

a) As cópias ou originais de documentos confidenciais de empresa, obtidas sem autorização desta, por ex-funcionário, com o objetivo de comprovar a prática de ilícito penal, constituem provas legítimas e possíveis de serem juntadas em autos de inquérito policial ou ação penal.
b) Os documentos apreendidos em escritório de contabilidade por agentes de fiscalização tributária sem o devido mandado judicial constituem provas idôneas a fundamentar o início da ação penal e eventual condenação de autores de crime.
c) A prova ilícita decorrente de interceptação telefônica não autorizada, obtida pessoalmente por investigado ou réu, pode ser juntada aos autos de inquérito policial ou de ação penal, gerando os efeitos jurídico-processuais que objetivam, caso reste demonstrado que era o único meio de que se dispunha para provar a inocência.
d) A prova criminal obtida por intermédio de violação de correspondência de preso caracteriza-se como ilícita e não pode ser utilizada em inquérito policial ou ação penal, visto que a cláusula constitucional da inviolabilidade do sigilo epistolar tem natureza absoluta.
e) A prova de crime, obtida em regular cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão domiciliar, mas derivada de informações extraídas previamente de um suspeito mediante de tortura, caracteriza-se como ilícita, mas pode fundamentar a legítima atuação persecutória do Estado.

52) O Termo Circunstanciado - TC, previsto na Lei n. 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é um procedimento investigatório substitutivo do inquérito policial, destinado à apuração da autoria, materialidade e das circunstâncias da infração penal de menor potencial ofensivo. Tendo em conta a natureza jurídica do TC, podemos afirmar corretamente que:

a) Nos crimes de ação penal pública condicionada o TC poderá ser lavrado sem que haja representação da vítima, pois esta condição de procedibilidade é relevante apenas para o início da ação penal.
b) O TC pode ser lavrado por policial militar, visto que se trata de mero instrumento para registro de notícia crime e não verdadeiro ato de investigação presidido pelo delegado de polícia.
c) A ausência do autor do fato ou da vítima não obsta a lavratura do TC, pois o procedimento poderá permanecer em cartório, pelo prazo de trinta dias, para a realização de diligências complementares.
d) A negativa do autor de crime de porte de entorpecente para consumo próprio em assinar o termo de compromisso de comparecer em juízo, durante a lavratura do TC, não autoriza a sua prisão em flagrante delito.
e) O TC poderá retornar à Delegacia de Polícia de origem para a realização de diligências requisitadas pelo órgão do Ministério Público e prescindíveis para o oferecimento da denúncia, sem que haja necessidade de instauração de inquérito policial.

53) No atual Estado Democrático de Direito o investigado não é mais visto como objeto de investigação, mas sim como sujeito de direitos, devendo assim ser tratado em todas as fases da persecução penal. Sob a luz desta moderna perspectiva processual e visando efetivar direitos e garantias fundamentais consagrados constitucionalmente, foi editada a Lei n. 12.830/2013, que trata da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Considerando a sistemática constitucional de garantias processuais e o que dispõe a referida Lei Federal sobre o ato de indiciamento, podemos afirmar corretamente que:

a) Quando o inquérito policial for concluído sem o formal indiciamento do suspeito, devido à convicção do delegado de polícia de que sobre este não recaem indícios suficientes de autoria delitiva, poderá o juiz determinar que se realize o referido ato, caso tenha recebido a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o investigado.

b) O ato de indiciamento poderá ser requisitado ao delegado de polícia pelo membro do Ministério Público que realizou diretamente a apuração de infração penal e denunciou o seu autor, a fim de que conste nos registros policiais a investigação realizada pelo órgão acusador.

c) O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia, aperfeiçoado em despacho técnico-jurídico fundamentado, que indicará as provas de materialidade e de autoria delitiva e as circunstâncias do fato delituoso.

d) Tratando-se o indiciamento de ato voltado à formalização da suspeita em procedimento instaurado para apurar infração penal e sua autoria, poderá ser realizado por qualquer autoridade pública que presida essa espécie de procedimento, mesmo sem amparo constitucional e legal expressos.

e) O delegado de polícia pode indiciar ou deixar de indiciar alguém por simples subjetivismo, pois a formalização da suspeita é ato discricionário da autoridade policial que preside a investigação criminal, não encontrando limites constitucionais e legais que o vinculam.

54) No que se refere à formalização do Auto de Prisão em Flagrante Delito, podemos afirmar corretamente que:

a) O suspeito de autoria do crime será interrogado logo após a oitiva do condutor e em momento anterior aos depoimentos das testemunhas, a fim de que lhe seja garantido o direito à autodefesa.

b) Não havendo delegado de polícia designado para atuar no lugar em que o suspeito foi surpreendido em flagrante delito, poderá este permanecer no cárcere até a chegada da autoridade policial, pelo prazo máximo de vinte e quatro horas, quando deverá ser expedida a respectiva nota de culpa.

c) Na falta ou impedimento de oficial de cartório policial, poderá a autoridade policial designar qualquer pessoa para a lavratura do auto de prisão em flagrante, depois de tomar desta o compromisso legal de bem e fielmente cumprir a função.

d) Quando o conduzido negar-se a assinar o seu interrogatório e as demais peças que compõem o auto de prisão em flagrante, serão requisitadas duas pessoas que tenham testemunhado a sua apresentação ao delegado de polícia, para que assinem os documentos.

e) Nos casos em que for arbitrada fiança pelo delegado de polícia em favor do autuado em flagrante, o oficial de cartório policial providenciará o recolhimento da quantia e formalizará o ato em livro próprio, remetendo comunição ao juízo competente para que este expeça o respectivo alvará de soltura.

55) No sistema jurídico brasileiro, à Polícia Judiciária é atribuído o poder estatal de investigação criminal, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. As exceções a esta regra encontram-se elencadas no próprio texto constitucional e em leis complementares que tratam de casos específicos e pontuais. Com fundamento neste quadro jurídico delineado pela Constituição brasileira em relação à atividade estatal de investigação criminal, podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) Caracteriza-se como constitucional e encontra amparo expresso na legislação processual penal o procedimento investigatório instaurado por promotor de justiça para apurar infrações penais, mesmo que o suspeito da prática delitiva não seja membro do Ministério Público.

b) Os delegados de polícia de carreira, como regra geral, são os detentores da competência administrativa exclusiva para a presidência da investigação criminal e para a prática dos demais atos de polícia judiciária.

c) As polícias militares estaduais possuem atribuição constitucional para a realização de atividade investigativa em matéria penal, podendo os seus oficiais instaurar inquérito policial militar para apurar infrações penais de natureza comum ou militar.

d) Os juízes federais possuem atribuição para presidir apuração de infrações penais de competência da Justiça Comum Federal, podendo contar com auxílio da polícia rodoviária federal para realizar atos de investigação e instrumentalizá-los.

e) Adotando a Constituição Federal brasileira o sistema acusatório puro, que autoriza, implicitamente, a realização de investigação criminal por qualquer órgão que atue na jurisdição penal, subentende-se que a defesa técnica pode realizar diretamente atos formais de investigação, valendo-se do aparato do Estado para tanto.

56) Sobre o exame de corpo de delito e os demais exames periciais necessários à composição do conjunto probatório em sede de inquérito policial e ação penal, podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) A prova testemunhal não poderá substituir o exame de corpo de delito direto, pois o perecimento dos vestígios do crime torna absolutamente impossível a comprovação da materialidade.

b) A inidoneidade do local do crime não impede a realização do exame pericial, devendo o perito registrar no laudo as alterações do estado das coisas e suas consequências para a descrição da dinâmica dos fatos.

c) O delegado de polícia não poderá negar a realização de exame pericial requerido pelas partes nos autos do inquérito policial, salvo em se tratando de exame de corpo de delito indireto.

d) O exame de corpo de delito direito deverá ser realizado, obrigatoriamente, durante o dia, período este compreendido entre as seis e as dezoito horas.

e) Os exames periciais que o delegado de polícia reputar indispensáveis à investigação criminal serão requeridos aos peritos oficiais, que poderão indeferir o pedido sob a alegação de que o trabalho pericial é desnecessário para a apuração dos fatos.

57) O reconhecimento pessoal constitui-se em meio de prova da autoria delitiva, devendo ser realizado e formalizado nos moldes legais. Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal sobre o tema, podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) Caracteriza-se como formalmente válido o reconhecimento pessoal realizado pela vítima em relação a suspeito que se encontre detido em compartimento de presos de uma viatura, fora das dependências da Delegacia de Polícia e sem a presença da autoridade policial.

b) Após o reconhecimento pessoal positivo, será lavrado auto próprio, em que a vítima descreverá as características do suspeito reconhecido e lançará sua assinatura, acompanhada do delegado de polícia e uma testemunha.

c) O reconhecimento fotográfico pode gerar os mesmos efeitos processuais que o reconhecimento pessoal, desde que formalizado nos moldes legais previstos para este último.

d) Em sede de inquérito policial, não é permitido que o procedimento de reconhecimento pessoal efetive-se sem que o reconhecedor seja visto pelo suspeito, devido à necessidade de se dar credibilidade ao ato.

e) Durante o procedimento de reconhecimento pessoal é indispensável que o suspeito seja perfilado dentre duas pessoas que com ele guardem alguma semelhança física, para que a vítima possa apontá-lo com precisão.

58) Nos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006), a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito dependerá:

a) Da elaboração de auto de exibição e apreensão da substância entorpecente, que se constitui em prova da materialidade delitiva.

b) Do laudo de constatação de substância entorpecente, requisitado pelo delegado de polícia e elaborado, em regra, por perito oficial.

c) Do exame toxicológico definitivo, único apto a comprar se a substância apreendida realmente é entorpecente.

d) De prévia análise visual da substância apreendida, realizada pelo oficial de cartório, que possui fé pública para a prática do ato.

e) Da formalização de auto de avaliação de substância entorpecente, elaborado por perito oficial ou policial nomeado pelo delegado de polícia.

59) No que se refere à prisão temporária (Lei n. 7.960/1989) é <u>correto</u> afirmar que:

a) Findo o prazo de custódio temporária do investigado o delegado de polícia deverá comunicar o fato à autoridade judiciária, para que esta expeça o respectivo alvará de soltura e coloque o preso em liberdade.

b) Em se tratando do crime de tráfico de entorpecentes e drogas afins, a prisão temporária poderá ser prorrogada por até noventa dias, prazo este previsto para conclusão do inquérito policial na lei de tóxicos.

c) O suspeito poderá ser mantido em cárcere durante o tempo necessário para a apreciação judicial da representação pela decretação da prisão temporária, sendo a custódia cautelar formalizada após a expedição do respectivo mandado.

d) O preso temporário poderá permanecer custodiado na carceragem da Delegacia de Polícia, como forma de viabilizar a realização das investigações, mas não poderá permanecer em cela ocupada por outras espécies de presos.

e) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia, pelo promotor de justiça ou decretada de ofício pelo juiz, nos casos de comprada imprescindibilidade da custódia provisória para as investigações em inquérito policial.

60) Sobre a investigação e os meios de produção de provas previstos na Lei n. 12.850/2013 – "Lei de Combate às Organizações Criminosas", aponte a afirmativa <u>incorreta</u>:

a) A ação controlada constitui-se na possibilidade de atuação de agentes policiais, militares ou administrativos na estrutura de organização criminosa, como forma de possibilitar a identificação detalhada das atividades ilícitas e seus autores.

b) O delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, poderá representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao integrante de organização criminosa que tenha prestado colaboração relevante para o desfecho exitoso da investigação criminal.

c) O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra membro da organização criminosa que tenha colaborado de forma efetiva com a investigação, desde que este tenha sido o primeiro a prestar auxílio eficaz e não seja o líder do grupo.

d) A infiltração de agentes policiais em organização criminosa, requerida pelo Ministério Público durante o trâmite do inquérito policial, poderá ser autorizada judicialmente após manifestação técnica do delegado de polícia.

e) O delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas de telefonia, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

<u>DIREITO PENAL E LEIS PENAIS ESPECIAIS</u>

61) O *princípio da reserva legal* constitui-se na garantia individual de que o poder de punir do Estado em matéria penal será exercido nos limites da norma positivada, permitindo a criação de tipos penais incriminadores e a instituição de penas por intermédio de:

a) Qualquer espécie normativa, desde que elaborada em observância ao regular processo administrativo ou legislativo.

b) Lei ordinária e medida provisória, já que esta última também possui força de lei até que seja submetida a regular processo legislativo.

c) Decreto legislativo, já que são funções exclusivas do Poder Legislativo a criação de direito novo, a imposição de obrigações de caráter geral e a definição de sanções jurídicas.

d) Decreto-lei, regularmente elaborado no exercício do poder administrativo-normativo do chefe do Poder Executivo, já que o ato de legislar encontra-se no feixe de atribuições típicas deste Poder.

e) Lei em sentido estrito, entendida esta como a espécie normativa aprovada em regular processo legislativo levado a efeito no âmbito do Poder Legislativo.

62) Levando em conta o que sustenta a teoria tripartida do conceito analítico de crime, o fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade são tidos como elementos componentes da figura delituosa, sem os quais este ente jurídico-penal não se aperfeiçoa. Com fundamento na referida conceituação e em seus desdobramentos no direito penal, podemos afirmar corretamente que são causas supralegais de exclusão da tipicidade:

a) Inexigibilidade de conduta diversa e erro de tipo permissivo.
b) Coação moral irresistível e erro de proibição.
c) Insignificância da lesão ao bem jurídico e adequação social da conduta.
d) Embriaguez preordenada e obediência hierárquica.
e) Coação física irresistível e violenta emoção.

63) O *princípio da humanidade* consubstancia-se na ideia de que o direito penal deve pautar-se na benevolência, de forma a tratar dignamente aquele que comete um fato delituoso, visto que, apesar de ter infringido a norma penal, é pessoa humana como qualquer outra. Sendo assim, podemos afirmar corretamente que:

a) A pena de morte confronta o *princípio da humanidade*, sendo vedada no ordenamento jurídico brasileiro de forma absoluta.
b) O cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado não atenta contra o *princípio da humanidade*, por isso é permitido no ordenamento jurídico brasileiro.
c) Ao condenado, durante a execução da pena, pode ser imposta a obrigação de realizar trabalhos forçados, desde que se garanta o benefício da remissão penal.
d) A imposição de castigos corporais ao preso provisório não se caracteriza como ilicitude, visto que o *princípio da humanidade* aplica-se apenas aos definitivamente condenados.
e) Constitui-se pena degradante, por violar o direito à liberdade de ir e vir do condenado, a imposição de penas restritivas de direitos consistentes na proibição de frequentar determinados lugares e limitação de fim de semana.

64) Considerando a classificação doutrinária dada às infrações penais, analise as assertivas a seguir:

I. Crime próprio é aquele que exige sujeito ativo especial ou qualificado, não admitindo coautoria ou participação de quem não guarde tais características peculiares.
II. Crime permanente é aquele cuja consumação se protrai no tempo em decorrência de várias condutas que sucedem o ato inicial, caracterizando habitualidade da espécie delitiva.
III. Crime instantâneo é aquele cuja consumação ocorre com a prática de uma única conduta geradora de resultado imediato.
IV. Crime de perigo é aquele cuja consumação se caracteriza com a mera probabilidade de lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal.
V. Crime multitudinário é aquele que exige, para sua caracterização, o concurso necessário de duas ou mais pessoas, apesar de não existir a necessidade de que todas elas sejam penalmente punidas.

Estão corretas apenas as assertivas:

a) I, III e V.
b) II, III e IV.
c) I, II e IV.
d) III, IV e V.
e) II, III e V.

65) Um policial civil regularmente designado para atuar como responsável pela carceragem de uma Delegacia de Polícia é cientificado por familiares de um preso temporário que este sofre de "diabetes" grave e que necessita de constantes injeções de "insulina" para manter a doença sob controle, sendo-lhe exibido o respectivo laudo médico. O agente público simplesmente ignora esta informação e não a transmite aos seus superiores hierárquicos, mantendo o indivíduo no cárcere sem qualquer assistência médica. Dias depois, o preso é encontrado caído no chão da cela com visíveis sinais tanatológicos, sendo o óbito constatado e a *causa mortis* apurada como decorrente da ausência de controle glicêmico. No caso em tela o policial civil estará sujeito à responsabilização penal pela prática do crime de:

a) Homicídio.
b) Omissão de socorro.
c) Prevaricação.
d) Tortura.
e) Abuso de autoridade.

66) O *princípio da responsabilidade pessoal*, conquista do direito penal moderno, limita a imposição da responsabilização penal àquele que:

a) Tenha praticado o núcleo do tipo penal, afastando a possibilidade de punição daquele que de qualquer forma concorreu para a prática do crime.
b) Guarde qualquer vínculo subjetivo com o autor do delito, desde que tenha tomado ciência prévia ou posterior de que o fato criminoso seria ou foi por este praticado.
c) Seja considerado autor, coautor ou partícipe do crime, impedindo que terceiros totalmente alheios ao fato delituoso possam sofrer consequências penais dele decorrentes.
d) Tenha atuado na consecução do crime, sendo ressalvada a hipótese de incapacidade ou morte do autor, em que se permite a imposição de responsabilidade penal aos seus sucessores legais.
e) Exclusivamente auxiliou ou instigou a prática do crime, não sendo permitido que sofra pena em proporção distinta daquela imposta ao executor do núcleo do tipo penal incriminador.

67) Na análise do caminho percorrido para a realização do delito, a doutrina penalista construiu o conceito de *iter criminis*, identificando as fases que o compõem e os seus reflexos na responsabilidade penal do agente. Diante desse conceito, podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) A cogitação, a deliberação e a resolução, por integrarem a fase interna do *iter criminis*, não são passíveis de punição.
b) A manifestação da ideia criminosa em nenhuma hipótese constituirá fato punível, haja vista revelar-se inidônea à configuração do delito objetivado e à caracterização de outra figura típica autônoma.
c) A preparação, componente da fase externa do *iter criminis*, permite a responsabilização penal do agente pela tentativa do crime fim.
d) A execução configura-se pela utilização de meios inidôneos a atingir o resultado criminoso, sujeitando o agente à punição pela tentativa, mesmo diante da impossibilidade de se consumar o delito.
e) A consumação somente estará caracterizada com o esgotamento da atividade criminosa e a efetiva lesão material ao bem jurídico tutelado, mesmo nos casos de crimes formais ou de mera conduta.

68) A Lei n. 7.716/1989, que "Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor", dispõe que constitui discriminação ou preconceito punível:

a) Recursar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador em decorrência das vestes ousadas que utiliza.
b) Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social em decorrência da classe social do indivíduo.
c) Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas em decorrência da orientação sexual do candidato.
d) Negar ou obstar emprego em empresa privada à pessoa portadora de necessidades especiais.
e) Obstar promoção funcional de servidor da Administração Pública em decorrência de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

69) Na descrição típica do crime de homicídio o Código Penal prevê hipóteses de diminuição de pena e algumas figuras qualificadoras. Tendo em conta as referidas disposições legais, analise as afirmativas a seguir:

I. O pai de um jovem viciado em "crack" que, em ato de desespero, mata o traficante que fornece drogas para o seu filho, poderá ter sua pena reduzida em face da caracterização do homicídio privilegiado por relevante valor moral.
II. O marido que, ao surpreender a esposa conversando com outro homem em praça pública, tomado por ciúme egoístico, efetua disparos de arma de fogo contra ela, ceifando sua vida, comete homicídio privilegiado em decorrência do domínio da violenta emoção.
III. O homicídio praticado por agente público, que tem como vítima o morador de uma comunidade carente suspeito de colaborar com os traficantes locais, caracteriza figura privilegiada, em decorrência do relevante valor social da conduta.
IV. O cliente que suprime a vida do dono de um bar porque este se negou a servir-lhe uma dose de bebida fiado, comete o crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil.
V. O agente que emprega violência física reiterada contra o suspeito da prática de um crime visando extrair-lhe a confissão, mas lhe causa a morte em decorrência da intensidade das sevícias, responde pelo crime de homicídio qualificado pela tortura.

Estão <u>corretas</u> apenas as afirmativas:

a) I, IV e V.
b) II, III e IV.
c) I e IV.
d) IV e V.
e) II, III e V.

70) A conduta do servidor público que solicita auxílio pecuniário ou material a comerciantes para emprego em reforma de prédio público e aquisição de mobiliário de escritório para guarnecê-lo, sem a devida autorização do órgão gestor e a incorporação oficial da doação ao patrimônio do Estado, configura:

a) Crime de peculato-desvio.
b) Apenas uma infração administrativo-funcional.
c) Crime de corrupção ativa.
d) Crime de corrupção passiva.
e) Crime de concussão.

71) A realização de interceptação das comunicações telefônicas por policial militar, sob a coordenação de seus superiores hierárquicos e a direção e supervisão do órgão do Ministério Público, visando o monitoramento e combate ao crime organizado, mas sem autorização judicial, constitui:

a) Regular exercício da atividade de polícia judiciária e de manutenção da ordem pública.
b) Crime de violação de segredo profissional, previsto na lei de interceptações telefônicas.
c) Crime de atentado contra o sistema nacional de comunicação, previsto na lei de organização criminosa.
d) Crime de interceptação telefônica não autorizada, previsto na lei de interceptações telefônicas.
e) Crime de exercício funcional ilegalmente prolongado, previsto na lei de abuso de autoridade.

72) O condutor de veículo automotor que culposamente atropela um pedestre e deixa de prestar-lhe socorro, mesmo tendo possibilidade de fazê-lo sem risco pessoal, vindo a vítima a óbito no local do evento, comete:

a) Crime de homicídio culposo, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, sob o qual incide uma causa especial de aumento de pena pelo fato de o agente deixar de prestar socorro à vítima.
b) Crime de homicídio culposo em concurso material com o delito de omissão de socorro, ambos previstos no Código de Trânsito Brasileiro.
c) Crime de homicídio doloso, previsto no Código Penal, pois o agente, com a sua conduta omissiva, assumiu o risco de produzir o resultado morte.
d) Crime de homicídio doloso em concurso formal com o delito de omissão de socorro, ambos previstos no Código de Trânsito Brasileiro.
e) Crimes de lesão corporal seguida de morte e fuga de local de acidente, em continuidade delitiva, o primeiro previsto no Código Penal e o segundo no Código de Trânsito Brasileiro.

73) Os chamados tipos penais permissivos autorizam a prática de determinadas condutas que, a princípio, seriam classificadas como antijurídicas. As excludentes de ilicitude penalmente positivadas são exemplos claros dessa espécie de permissão legal. Levando em conta o que ora se expõe, podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) A violência sexual praticada por um dos cônjuges contra o outro constitui exercício regular de direito, já que o débito conjugal inclui-se dentre os deveres do casamento.
b) O trote acadêmico praticado com violência não constitui ilícito penal, pois configura exercício regular de direito.
c) As lesões corporais geradas em decorrência da prática de esportes não constituem crime, mesmo quando forem inobservadas as normas de regência da atividade.
d) O castigo físico ou moral infringido a aluno por professor, desde que moderado e com a finalidade de educação, constitui estrito cumprimento do dever legal.
e) O castigo moderado aplicado pelos pais aos filhos menores, com objetivo de correção, constitui regular exercício do poder familiar e ato penalmente lícito.

74) Com fundamento nas disposições da Lei n. 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”) e em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, podemos afirmar <u>corretamente</u> que as lesões corporais geradas na mulher em decorrência de violência doméstica, constituem crime de:

a) Ação penal pública incondicionada, independentemente da natureza da lesão.
b) Ação penal púbica condicionada, sendo admitida a renúncia ao direito de representação somente perante o juiz.
c) Ação penal privada personalíssima, devendo existir manifestação expressa da vítima no sentido de intentar a queixa-crime.
d) Ação penal pública condicionada à representação nos casos de lesão leve e pública incondicionada em se tratando de lesão grave ou gravíssima.
e) Ação penal privada exclusiva, podendo o representante legal da vítima incapaz propor a queixa-crime, independentemente da natureza da lesão sofrida.

75) No que se refere ao Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), podemos afirmar <u>corretamente</u> que:

a) O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é crime inafiançável, salvo quando a arma estiver registrada em nome do agente.
b) Possuir arma de fogo de uso permitido com numeração raspada constitui crime cuja pena se equipara ao comércio ilegal de arma de fogo.
c) O crime de tráfico internacional de armas, por expressa disposição legal, é insuscetível de liberdade provisória com ou sem fiança.
d) O disparo de arma de fogo em via pública constitui crime inafiançável, mesmo que o autor a esteja portando regularmente.
e) Comete crime cuja pena se equipara à do delito omissão de cautela o proprietário de empresa de segurança e de transporte de valores que deixa de registrar ocorrência policial e de comunicar a Polícia Federal furto ou roubo de arma de fogo sob sua guarda, nas primeiras vinte e quatro horas após o ocorrido.

<u>DIREITO ADMINISTRATIVO</u>

76) A respeito do tratamento constitucional conferido ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa <u>correta</u>:

a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
b) Investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
c) Investido no mandato de Vereador, e, não havendo compatibilidade de horários, o servidor será afastado do cargo, emprego ou função, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração.
d) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento do servidor, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

77) Segundo a Lei Estadual nº 3.586/2001, que dispõe sobre a reestruturação do quadro permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com a nova redação dada pela Lei Estadual nº 4.375/2004, é exigido diploma de curso superior por ocasião da posse para as seguintes carreiras, exceto:

a) Engenheiro Policial de Telecomunicações.
b) Inspetor de Polícia.
c) Papiloscopista Policial.
d) Agente administrativo.
e) Oficial de Cartório Policial.

78) Analise as condutas abaixo descritas com base a Lei Federal n. 8.429/93 (Lei de Improbidade Administrativa):

I. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
III. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
IV. Negar publicidade aos atos oficiais.
V. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Dentre estas condutas, atentam contra os princípios da Administração Pública apenas as descritas nos itens:

a) I, II, III e IV.
b) I, II, III e V.
c) I, II, IV e V.
d) I, III, IV e V.
e) II, III, IV e V.

79) Segundo o que dispõe a Lei do Mandado de Segurança (Lei Federal nº 12.016/09), não se compreende no conceito de autoridade coatora:

a) O representante de partido político.
b) O diretor de concessionária de serviço público por ato de gestão comercial.
c) O administrador de entidade autárquica.
d) A pessoa jurídica de direito privado no exercício de atribuições do poder público.
e) A autoridade pública de qualquer categoria.

80) A Constituição Federal e o ordenamento jurídico em geral consagram explicitamente alguns princípios orientadores de toda a atividade da Administração Pública. Assinale a alternativa em que os dois princípios citados decorrem implicitamente do ordenamento jurídico:

a) Proporcionalidade e razoabilidade.
b) Finalidade e motivação.
c) Ampla defesa e contraditório.
d) Segurança jurídica e interesse público.
e) Autotutela e continuidade dos serviços públicos.

81) Analise as assertivas abaixo com base na Lei Federal nº 8.666/93, que disciplina o procedimento licitatório:

I. A licitação é dispensável quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
II. Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, a licitação é dispensável.
III. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
IV. Haverá dispensabilidade de licitação para a contratação de serviços de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
V. Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, será dispensável a licitação.

Estão corretos apenas os itens:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e V.
d) III e IV.
e) IV e V.

82) Conforme tradicional classificação doutrinária, consideram-se atributos do poder de polícia:

a) Legalidade, moralidade e impessoalidade.
b) Presunção da legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.
c) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
d) Necessidade, proporcionalidade e adequação.
e) Presunção de legitimidade, discricionariedade e imperatividade.

83) Analise as assertivas abaixo, que cuidam do tratamento conferido pela doutrina e pela legislação aos bens públicos:

I. Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são imprescritíveis e inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

II. São bens públicos os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, não se incluindo os de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

III. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

IV. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Estão <u>corretas</u> apenas as seguintes assertivas:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II e IV.
e) III e IV.

84) Um particular celebrou contrato administrativo com o Estado para a prestação de determinado serviço público, porém, vem descumprindo reiteradamente as obrigações contratuais que assumiu com a Administração Pública. No caso em tela, a Administração poderá punir as infrações administrativas cometidas pelo particular com fundamento no denominado:

a) Poder de Polícia.
b) Poder de Império.
c) Poder Hierárquico.
d) Poder Disciplinar.
e) Poder Discricionário.

85) Acerca da responsabilidade administrativo-funcional, assinale a alternativa que está em perfeita consonância com o regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 218/75) e com o Regulamento do Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 3.044/80):

a) O prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser ressarcido mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração à falta de outros bens que respondam pela indenização.
b) Cabe ao policial e ao seu superior imediato a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.
c) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao policial nessa qualidade, independendo de culpa a sua responsabilização.
d) A responsabilidade administrativa resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo quando comprometedores de dignidade e do decoro da função pública, não se estendendo tal responsabilidade aos atos praticados fora do cargo.
e) Caso o policial venha a ser absolvido criminalmente, será ele automaticamente absolvido por qualquer falta administrativa residual que guardar relação com o fato criminal julgado.

86) Assinale a alternativa <u>incorreta</u> acerca da anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos:

a) A Administração Pública deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
b) O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
c) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência do direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários contar-se-á separadamente da ocorrência de cada um dos pagamentos.
d) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração Pública.

87) São consideradas transgressões disciplinares de natureza grave, pelo regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 218/75), <u>exceto</u>:

a) Empenhar-se em atividades que prejudiquem o fiel desempenho da função policial.
b) Maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial.
c) Entregar-se à prática de jogos proibidos, ou ao vício da embriaguez, ou qualquer outro vício degradante.
d) Portar-se de modo inconveniente em lugar público ou acessível ao público.
e) Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial ou criticá-la.

88) No que diz respeito ao regime de delegação de prestação de serviços públicos, podemos conceituar corretamente a permissão de serviços como sendo:

a) A delegação, a título precário, mediante licitação, na modalidade concorrência, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente exclusivamente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

b) A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

c) A delegação, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, ou por conta do poder público, e por prazo determinado.

d) A delegação, mediante licitação, levada a efeito sempre na modalidade concorrência, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

e) A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente exclusivamente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

DIREITO CONSTITUCIONAL

89) A Constituição Federal, no capítulo "Dos Direitos e das garantias individuais", confere especial tratamento à prisão. Todos os enunciados abaixo correspondem ao que dispõe o texto constitucional, com a exceção de:

a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

c) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

e) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

90) A Constituição Federal, no capítulo "Dos Direitos e das garantias individuais" considera como imprescritível o delito de:

a) Tráfico ilícito de entorpecentes.

b) Injúria qualificada pelo racismo.

c) Tortura.

d) Ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

e) Terrorismo.

91) Assinale a alternativa em que todas as matérias legislativas elencadas são de competência privativa da União, conforme previsto no texto constitucional:

a) Direito tributário, financeiro e orçamentário.

b) Direito civil, comercial e econômico.

c) Trânsito e transporte.

d) Seguridade social, previdência social, proteção e defesa da saúde.

e) Direito processual e procedimentos em matéria processual.

92) Assinale a alternativa que, conforme disposto no capítulo "Dos Direitos e das garantias individuais", corresponde aos exatos termos do texto constitucional:

a) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

b) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a personalidade, a conduta social, a idade e o sexo do apenado.

c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, na forma da lei.

d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, sendo admitida, excepcionalmente, a prisão preventiva e a prisão temporária do réu, nos termos da lei.

e) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei e mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

93) Acerca do capítulo "Da Segurança Pública", assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o texto constitucional:

a) A polícia federal se destina a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) A polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal se destinam, respectivamente, ao patrulhamento ostensivo de rodovias e ferrovias federais, e, na forma da lei, como força auxiliar à polícia federal no exercício de polícia judiciária.

c) Incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais, exceto as militares, e a execução de atividades de defesa civil.

d) Cabem às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de servirem como forças auxiliares e reserva do Exército.

e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, bem como a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

94) Analise as assertivas abaixo, que tratam das disposições constitucionais sobre a "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas:

I. As imunidades parlamentares subsistirão durante o estado de defesa e o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de três quintos dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

II. O estado de sítio decretado em virtude de comoção grave de repercussão nacional ou ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa só poderá ser decretado no prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos sucessivos, mas nunca superiores a este.

III. Em tese, qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa durante o estado de sítio decretado em virtude de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, desde que indicada a sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas.

Estão <u>corretas</u> apenas as assertivas:

a) III.

b) I, II e III.

c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

95) Suponha que, no âmbito de determinado Estado-membro, um dos legitimados, inconformado com a edição de determinada espécie normativa que afronta a Constituição estadual, queira ingressar com uma representação de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato. Para que essa ação seja analisada pelo Tribunal de Justiça do Estado, deverá ter por objeto a inconstitucionalidade de:

a) Lei estadual ou ato normativo federal.

b) Lei federal ou ato normativo municipal.

c) Lei estadual ou lei federal.

d) Ato normativo federal ou ato normativo municipal.

e) Lei estadual, lei municipal, ato normativo estadual ou ato normativo municipal.

96) Dentre as alternativas abaixo, que versam sobre o capítulo da Constituição Federal denominado "Da Responsabilidade do Presidente da República", assinale afirmativa <u>incorreta</u>:

a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, para apurar fato determinado e por prazo certo, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

b) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

c) Decorrido o prazo de cento e oitenta dias e não estando o julgamento concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

d) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

e) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

97) Acerca do capítulo da Constituição Federal que trata "Da Nacionalidade", assinale a alternativa que corresponde exatamente ao texto constitucional:

a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.

b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

c) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

d) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

e) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, sem envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

98) Segundo classificação doutrinária, o poder que permite que um Estado-membro estruture a sua própria Constituição é denominado:

a) Poder constituinte originário estadual.
b) Poder constituinte derivado decorrente.
c) Poder constituinte derivado reformador.
d) Poder constituinte derivado revisor.
e) Poder constituinte difuso.

99) A Constituição Federal prevê em seu texto algumas condições de elegibilidade para que o cidadão possa concorrer a determinados mandatos eletivos. Assinale a alternativa que corresponde <u>corretamente</u> à idade mínima exigida para o respectivo cargo:

a) Trinta anos para Senador.
b) Vinte e um anos para Deputado Estadual.
c) Trinta e cinco anos para Governador do Estado.
d) Dezoito anos para Prefeito.
e) Vinte e cinco anos para Vice-Presidente da República.

100) Analise as assertivas abaixo, que tratam de matéria relativa às imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal:

I. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Congresso Nacional.
II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
III. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Estão <u>corretas</u> apenas as assertivas:

a) I e II.
b) II e III.
c) II e IV.
d) I e IV.
e) III e IV.